



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10718 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

A CONDIÇÃO DA TRABALHADORA/ESTUDANTE DA EJA: A TRIPLA JORNADA ENTRE ESCOLARIZAÇÃO, TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO

Ana Claudia Marochi - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Alessandro de Melo - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

**A CONDIÇÃO DA TRABALHADORA/ESTUDANTE DA EJA: A
TRIPLA JORNADA ENTRE ESCOLARIZAÇÃO, TRABALHO**

PRODUTIVO E REPRODUTIVO

O presente texto pretende discutir a condição de mulheres trabalhadoras/estudantes da EJA num contexto real sob três aspectos: trabalho produtivo, reprodutivo e escolarização. Em pesquisa de mestrado desenvolvida entre os anos de 2015 e 2017 na cidade de Irati/PR com trabalhadoras/estudantes do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Irati – CEEBJA – Irati, levantou-se, por meio da coleta de dados quantitativos e qualitativos, a realidade desta parcela da população afetada pela organização social capitalista, relatando, por meio de um questionário semiaberto suas experiências de vida no trabalho remunerado, na trajetória escolar e nos cuidados com a casa e familiares.

Estudar a cidade e a instituição escolar onde estão inseridas as trabalhadoras/estudantes participantes da pesquisa significa, metodologicamente, compreender que a realidade estudada faz parte de uma totalidade social através de um conjunto de partes encadeadas, em constante mudança e que cada parte é, ao mesmo tempo, única e complementar da outra, constituindo entre si relações dialéticas. A cidade de Irati, situada na Região Centro-Sul do Estado do Paraná, possui uma população estimada, para 2016, de um pouco mais de 60 mil habitantes, predominantemente urbana e as mulheres são a maioria, 50,70% (IPARDES, 2016). Segundo dados do IBGE (2010), a População em Idade Ativa – PIA no município de Irati representa 48.267 do total populacional, destes 24.571 são mulheres e a População Economicamente Ativa – PEA, com total de 29.788, sendo que 12.994 são mulheres, com taxa de ocupação de 42,60%, ou seja, apesar de representarem mais da metade da população

total da cidade de Irati, ainda são a minoria no mercado de trabalho. Tem sua economia voltada para a prestação de serviços, seguida da indústria e agropecuária, com prevalência no setor de serviços, tendo consequências diretas na composição da classe trabalhadora e sua formação educacional, bem como no perfil salarial e de qualificação dos trabalhadores: é o setor ocupado, predominantemente por mulheres e com escolarização baixa, sendo que o percentual de trabalhadores/as que recebiam até um salário mínimo em 2000 era de 56,68% caindo para, 2m média 23%, já os que recebiam até dois salários mínimo passou de 82,53 % para 73,29, com base nos censos de 2000 e 2010.

Em relação à escolarização da população ocupada, os dados do IPARDES (2016) demonstram que a grande maioria 92% possuem somente o ensino médio completo, revelando que as condições da classe trabalhadora no que diz respeito ao perfil salarial e qualificação apresentou uma melhora no período estudado, destacando-se o nível de formalização, que avançou cerca de 10% entre 2000 e 2010. Porém, não se pode afirmar que houve um rompimento no trajeto histórico denominado por Florestan Fernandes de superexploração dos trabalhadores (FERNANDES, 1987), o que se evidencia no baixíssimo nível salarial e de escolarização da força de trabalho. Estes dados revelam não somente a grande quantidade de trabalhadores que são explorados e que ocupam postos de trabalho precarizados, mas que a economia do município de Irati é pautada em setores que exigem baixo grau de escolarização e especialização, refletindo uma situação de desenvolvimento excludente e concentrador, calcado em empregos sem remuneração digna e sem garantias. Segundo dados do IparDES (2016) a taxa de analfabetismo é de 4,56% e que pessoas com mais de 50 anos apresentam a maior taxa, 11,33%. A taxa de reprovação no Ensino Médio no município, em 2015, chegou a 9,7%, enquanto no Ensino Fundamental foi de 6,2% e a taxa de abandono para o Ensino Fundamental foi de 1,3%, para o Ensino Médio foi de 6,0% no mesmo ano. A taxa de distorção idade/série foi de 16% para o Ensino Médio, enquanto para o Ensino Fundamental 9,0% (IPARDES, 2016). Os dados apresentados demonstram alguns aspectos que contribuem para a compreensão de fatores trazidos pelos dados empíricos, bem como correlacionam as condições materiais das trabalhadoras/estudantes do EJA com a realidade local. São eles: 1) a população iratiense é na sua maioria formada por mulheres em idade produtiva; 2) a economia local concentra-se na prestação de serviços com postos de trabalho precarizados, ocupados, na maioria das vezes, por pessoas com baixa escolaridade e; 3) os índices da educação são preocupantes, principalmente entre pessoas com idade mais avançada, demonstrando que estas pessoas têm maiores dificuldades para concluir os estudos básicos e que tendem a abandonar a escola mais facilmente, o que leva estes estudantes a retomar seus estudos na modalidade EJA.

Os dados compilados na pesquisa em tela foram coletados a partir das respostas das 95 mulheres estudantes do CEEBJA-Irati, com base nas experiências, respostas ao cotidiano, itinerários individuais, estabelecendo relações entre “[...] experiências e destino, entre respostas dadas aos conhecimentos vivenciados [...] sobre si mesmas, suas vidas e sobre as mulheres” (SOUZA-LOBO, 1991, p.74). Em relação à idade, mais da metade, 61% possuíam,

à época da coleta, idade entre 15 e 29 anos, são, na grande maioria, oriundas dos bairros da cidade, 71% das entrevistadas possuem casa própria e 60% declararam que sua família é composta de uma a três pessoas. A EJA é a modalidade de ensino que congrega a parcela da população que não frequentou a escola na idade considerada correta pelas legislações brasileiras e é justamente a faixa etária de trabalhadoras em idade produtiva, ou seja, mulheres inseridas no mercado do trabalho com baixa escolarização e ocupando trabalhos precarizados, em tempo parcial e com baixos salários. Em relação à situação laboral mais da metade das mulheres que responderam ao questionário estavam empregadas à época, sendo que 35% estavam no setor de serviços, 43% apontaram como atividade laboral o trabalho doméstico e de cuidados, somente uma parcela muito pequena estava no setor industrial, corroborando com o perfil da cidade de Irati.

Os dados acima, demonstram o que autores como Saffioti (2013); Antunes (2009, 2011); Abreu, Hirata, Lombardi (2016) e Costa, Sorj, Bruschini, Hirata (2008) já relataram em seus estudos: os postos de trabalho mais precarizados e com baixos salários estão no setor de serviços e são ocupados principalmente por mulheres. A pesquisa também reforçou os dados nacionais em relação a grande responsabilização das mulheres sobre a sobrevivência da família: apesar de perceberem, em média, dois salários mínimos, muitas destas mulheres eram as únicas responsáveis pelo sustento da família. Os dados indicaram que, para 43,2%, somente mais uma pessoa contribui com a renda mensal familiar, além da própria respondente, e 8,4% são as únicas responsáveis pelo sustento da casa. Dados do IBGE (2015) em 2010 revelaram que 38,7% das mulheres eram consideradas chefes de família dos 57,3 milhões de domicílios, reforçando o que a empiria revela, as mulheres ou são as únicas responsáveis pelo sustento, ou contribuem, sobremaneira, com as despesas do lar.

Na sociedade patriarcal em que vivemos, os trabalhos reprodutivos, representados pelos afazeres domésticos e cuidados são delegados, em sua grande maioria, a uma mulher, invocando um discurso naturalizado e extremamente ligado à afetividade, “[...] a noção de trabalho doméstico é o oposto da objetificação: ela é ligada às relações afetivas da família e baseada na “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres” (CHABAUD-RICHTER et al., 1985 apud HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 253). Na relação trabalho produtivo reprodutivo para as trabalhadoras/estudantes pesquisadas demonstrou que mesmo estando empresada no momento da pesquisa, desenvolvem em média 3h de atividades reprodutivas, além das horas dedicadas ao trabalho produtivo. A grande maioria, 72% declarou que a rotina diária começa às cinco horas da manhã e que só termina após as atividades domésticas e cuidados com os familiares o que acaba prejudicando as atividades escolares. Pesquisa realizada em agosto de 2010 pela Fundação Perseu Abramo e Sesc, e compilado no livro “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública” (VENTURI; GODINHO, 2013), demonstrou que o trabalho doméstico não remunerado é realizado por uma mulher em 91% dos lares pesquisados e, destes, o trabalho é feito somente por ela própria, em 69% dos casos; 23% indicaram que as atividades domésticas ficam a cargo de um mulher: mãe, irmãs, filhas, avó, tias ou sogra; e somente 2% das

declarantes indicaram contar com a ajuda do marido/companheiro. A pesquisa ainda destaca que as mulheres destinam, em média, 3,9 horas diárias para as tarefas domésticas, e que este número aumenta para 4,8 horas quando há filhos (VENTURI; GODINHO, 2013). Os dados empíricos da nossa pesquisa apontaram que as trabalhadoras/estudantes da EJA gastam em média 3h a 4h diárias com estas tarefas quando são casadas e com filhos. As atividades diárias, entre trabalho remunerado e doméstico, desenvolvidas pelas mulheres refletem as relações machistas da divisão sexual do trabalho: além da dupla jornada entre atividade laboral e escolar, tem ainda uma sobrecarga de afazeres domésticos que lhes roubam uma parcela significativa das horas do dia e “mesmo quando estão empregadas, continuam a realizar a maior parte das tarefas domésticas não remuneradas e de cuidados.” (OIT, 2016, p. 7).

Ao serem perguntadas qual ou quais membros da família contribuem para a realização das atividades domésticas, a grande maioria conta com a ajuda de uma mulher, sendo que muitas realizam a atividade sozinha, explicitando a relação das mulheres com o trabalho de casa e cuidados com os familiares. Nas respostas dadas pelas entrevistadas, apesar de algumas identificarem que o/a companheiro/a colabora com a organização das atividades domésticas, a grande maioria atribui este tipo de trabalho a uma mulher, seja ela mesma ou outra: mãe, irmã, sobrinha ou uma empregada. Os dados apresentados demonstram que a organização do trabalho doméstico e de cuidados está fortemente relacionada à organização da sociedade atual, ou seja, com raízes profundas no patriarcado. A forma como estas mulheres se colocam frente ao trabalho doméstico reforça a feminização do trabalho e a divisão sexual do trabalho que formata as famílias na sociedade patriarcal. O trabalho doméstico tem como agente central, na maioria das vezes, uma mulher, sendo que os demais membros da família prestam uma ajuda, ou seja, reproduzem cotidianamente, uma relação de afastamento com a tarefa doméstica, como se dela não dependesse a própria reprodução. “A divisão sexual do trabalho também aparece no interior da esfera do trabalho reprodutivo através da distribuição desigual de trabalho entre homens e mulheres e de uma diferenciação de tarefas.” (ÁVILA, 2013, p.233).

Corroborando com as palavras da autora, os dados da pesquisa de Venturi e Godinho (2013) apontam que 67% das entrevistas concordam que quem deve decidir sobre o trabalho doméstico são as mulheres, não importando quem faça o trabalho, e 45% delas afirmaram que, mesmo os homens querendo realizar atividades domésticas, não sabem fazer. Ainda segundo a mesma pesquisa, 75% das mulheres pesquisadas e 79% dos homens, concordam que quando os filhos são pequenos, o homem deve trazer o sustento da casa, ou seja, realizar o trabalho produtivo e a mulher ficar em casa cuidando dos filhos e da casa, ou seja, a realização do trabalho reprodutivo. Os dados empíricos retratam como as mulheres organizam suas rotinas diárias entre as atividades profissionais, os estudos e os cuidados com a casa e familiares. Demonstram que as relações sociais de sexo, em todos os espaços da vida pública e privada, são marcadas por diferenças como mulheres e homens ocupam e desenvolvem suas atividades no dia a dia. Estas diferenças tem marcadores sociais de sexo, raça/etnia e classe.

Em relação à escolarização a pesquisa apontou para uma relação de precarização do trabalho remunerado, principalmente para as mulheres. Para a realidade da cidade estudada e para as trabalhadoras/estudantes há pouca ou nenhuma exigência de formação, refletindo em baixa escolarização e ocupação de postos de trabalho precarizados, pois a maioria possui somente o ensino médio, 45% delas abandonaram os estudos pelo menos uma vez e 58% apontaram que as atividades dos cuidados e afazeres domésticos foram os principais motivos pelo abandono. Mesmo diante das grandes dificuldades se manterem na escola, as mulheres possuem maior escolarização que o homens, em todos os níveis de escolarização. Para as pesquisadas voltar aos estudos representou uma conquista pessoal, uma realização: 69% demonstraram que estar na escola é uma forma de empoderamento das mulheres e serem restadas, tanto dentro de casa quanto fora dela e percebem a importância dos estudos em suas vidas, tanto para aprender mais, quanto para serem valorizadas na sociedade e no mercado de trabalho, porém, não percebem que o estudar também é uma forma de cuidado consigo mesmas, ou pelo menos não expressaram essa percepção nos questionários. A descrição destes dados representa uma parte significativa da totalidade da sociedade capitalista e trazem para a nossa discussão elementos importantes sobre os percurso que as mulheres precisam fazer para desenvolverem suas carreiras profissionais, como autônomas ou como prestadoras de serviços, se aperfeiçoarem e darem conta das atividades domésticas e do cuidado com os familiares, determinando os tempos dedicados para estas atividades.

A relação entre capital e trabalho na sociedade capitalista tem suas bases na venda da força de trabalho organizado pelo tempo cronológico. O tempo determinado do trabalho remunerado destinado à produção de bens e serviços ocupa uma parcela considerável das horas diárias da classe trabalhadora e, conseqüentemente, sobre a vida material destes. Para a trabalhadora o tempo dedicado ao trabalho remunerado gera conflitos e sobrecarga sobre os demais tempos, pois a responsabilidade sobre o trabalho reprodutivo fica ainda a cargo delas. A produção da vida material está condicionada aos determinismos do tempo destinado a cada atividade do/a trabalhador/a. Para se dedicarem aos estudos, as trabalhadoras precisam lidar com questões muito particulares como a negociação junto aos patrões e aos familiares. Esta negociação nem sempre é colocada de forma justa e adequada. Muitas vezes para darem conta das atividades escolares precisam deixar de lado atividades de cuidados consigo mesmas e de lazer. Mesmo com todas estas contradições, as mulheres possuem mais anos de escolaridade que os homens em todas as modalidades de ensino. São as que menos abandonam a escola e, no caso da EJA, são as que mais retornam aos bancos escolares para terminarem os estudos. No entanto, esta situação favorável de escolarização não lhes garante melhores condições de trabalho remunerado e nem tem contribuído para acabar estruturalmente com as diferenças perpetradas pelas relações sociais de sexo, afinal estas relações são estruturais e estruturantes desta forma de sociabilidade capitalista, e sua plena superação, de fato, só ocorrerá com a superação desta forma de sociedade. No entanto, temos a clareza que a classe trabalhadora tem “dois sexos” (SOUZA-LOBO, 1991), raça/etnia diferentes e percursos laborais diferenciados e marcados pela condição de um e de outro na sociedade patriarcal e capitalista.

Em relação ao tempo destinado a cada uma das esferas da vida aqui investigadas, ou seja, o tempo do trabalho remunerado, o tempo dos cuidados e o tempo dos estudos, as trajetórias são muito semelhantes, e, como apresentamos ao longo do texto em relação às pesquisas nacionais, o perfil destas mulheres se aproximam com as demais mulheres brasileiras nas mesmas condições. Elas ocupam trabalhos com salários baixos que exigem pouca escolaridade e as atividades domésticas demandam uma parcela considerável das horas diárias, dificultando as outras atividades, demonstrando, assim, que para ocuparem postos de trabalho remunerado, as mulheres acabam sobrecarregadas com os cuidados e com os estudos. Segundo Costa (2008, p. 50), “[...] a vida cotidiana, em particular a doméstica, pode piorar muito para as mulheres, exatamente com a conquista de maior autonomia”. A presença das mulheres no mercado de trabalho representa maior autonomia e liberdade, mas também uma sobrecarga diária de atividades, acarretando um distanciamento cada vez maior entre os papéis sociais destinados a homens e mulheres. Sendo que as relações sociais de sexo relacionam-se diretamente a naturalização do feminino e a manutenção da estrutura patriarcal e capitalista. Enquanto for favorável para a produção de bens e serviços e a reprodução do cotidiano dentro dos lares, a condição da mulher ainda permanecerá suscetível a manutenção do *status quo*.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres e mundo do trabalho; Trabalho produtivo e reprodutivo; EJA e mulheres.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. 10.reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ÁVILA, M. B. de M. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, G.; GODINHO, T. (orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado:** uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, 2013.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4110706> . Vários acessos.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores. 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf> Vários acessos.

COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (orgs). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FVG, 2008. p.69-87.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HIRATA, H.; ZARIFIAN, P. Trabalho (conceito de). In: HIRATA, H. et al. (orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I, Vol. I**. 29.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PARANÁ. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Caderno Estatístico Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=19&btOk=ok> Acesso em 15 dez 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Mulheres no trabalho: tendências 2016**. Genebra, 2016. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/-dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457096.pdf Vários acessos.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA-LOBO, E. **A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VENTURI, G.; GODINHO, T. (orgs). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, 2013.

